



Pelo imperativo de testemunhar: a inspeção escolar arquivada (Florianópolis/SC – 1947)

Nelson Maurilio Coelho Junior¹

Maria Teresa Santos Cunha²

Resumo: Este artigo discute os aspectos da inspeção escolar, através do cruzamento de fontes imagéticas e textuais encontradas no arquivo escolar do Colégio Coração de Jesus – CCJ, localizado na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina. A análise se concentrará em duas fotografias produzidas durante um desfile cívico e anexadas ao relatório de inspeção escolar do ano de 1947. O trabalho historiográfico sobre estes documentos pretende buscar compreender como o colégio registrou e testemunhou a sua adesão, às prescrições estatais em vigor no período. Este estudo foi possibilitado pelo processo de ampliação de fontes, que emerge desde a publicação da revista *Annales*, (1929), através da incorporação de novas formas de fontes, além da operação historiográfica feita pela escrita. Nas recentes abordagens da História Cultural, a fotografia tem ganhado espaço na pesquisa histórica, mas seu uso ainda assinala para a necessidade do domínio de alguns conhecimentos e técnicas específicas que precisam ser acionadas no fazer historiográfico.

Palavras-chave: Arquivo Escolar; Fotografia; Inspeção Escolar; Colégio Coração de Jesus; Desfiles Cívicos.

For the imperative to testify: the school inspection filed (Florianópolis / SC - 1947)

Abstract: This article discusses the aspects of school inspection, through the crossing of imaginary and textual sources found in the school archive of. In the city of Florianópolis, capital of Santa Catarina. The analysis will focus on two photographs produced during a civic parade and attached to the school inspection report for the year 1947. The historiographical work on these documents seeks to understand how the college registered and witnessed its adherence to the state prescriptions in force in the period. This study was made possible by the process of enlargement of sources, which emerges from the publications of *Annales* (1929), through the incorporation of new forms of sources, besides the historiographic operation made by writing. In the recent approaches of Cultural History, photography has gained space in historical research, but its use still points to the need to master some specific knowledge and techniques that need to be triggered in historiographic making.

Keywords: School Archive; Photography; School Inspection; Colégio Coração de Jesus; Civic Parades.

O trabalho historiográfico, na interação com suas variadas fontes remete o espectador a inúmeros desafios na busca por respostas que não passam de frestas na penumbra do tempo. No contexto do processo de ampliação de fontes desde a revista *Annales*, (1929) houve a incorporação de novas formas de fontes,

¹ Nelson Maurilio Coelho Junior: Graduado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC; Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; Doutorando em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação - Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação, pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC; E-mail: nelsonmacjr@yahoo.com.br. Endereço: Rua Alba Dias Cunha, 190, ap. 301, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina. CEP 88036-020.

² Maria Teresa Santos Cunha: Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutora em Educação/História e Filosofia pela Universidade de São Paulo. Professora Associada VII do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC e docente dos PPG/Educação e PPG/História da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Bolsista Produtividade em Pesquisa/CNPq/ Nível 2. E-mail: mariaatsc@gmail.com. Endereço: Rua Professor Marcos Cardoso Filho, 108/ Florianópolis, Santa Catarina. CEP 88037-040.

além da escrita e, igualmente, proporcionado pelas recentes abordagens da História Cultural, a fotografia tem ganhado espaço na pesquisa histórica, mas seu uso ainda assinala para a necessidade do domínio de alguns conhecimentos e técnicas específicas que precisam ser acionadas no fazer historiográfico. Neste artigo, pretende-se analisar alguns registros textuais e imagéticos guardados no arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus, localizado na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina¹. Buscar-se-á, através do cruzamento de dados obtidos em outros documentos compreender como o colégio registrou e testemunhou, fazendo uso de imagens, a sua adesão às prescrições estatais relacionadas aos desfiles cívicos da década de 1940.

Entre os documentos acessados no arquivo, duas fotografias escolares, que foram anexadas ao Relatório de Inspeção de 1947 serão acionadas como recurso imagético de interpretação dos desfiles cívicos realizados pelo Colégio Coração de Jesus – CCJ, na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina. Estes suportes imagéticos fazem parte do acervo de objetos preservados pela instituição e são, portanto, manifestações na dimensão da cultura material escolar. De acordo com Rosa F. de Souza (2007) a cultura material escolar é composta por

artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada, a expressão não apenas amplia o seu significado reinserindo as edificações, mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social (SOUZA, 2007, 170).

De acordo com a autora, a expressão cultura material escolar deriva entre outros fatores, dos estudos em cultura escolar enriquecidos pela ampliação do horizonte dos documentos proporcionada pelas abordagens propiciadas pela História Cultural e do empenho de historiadores em preservá-los e problematizá-los. Ou seja, o estudo da cultura material escolar possibilita a análise dos objetos em si como também os efeitos dos usos e desusos dos mesmos no cotidiano da escola. Além disso, possibilita a investigação da circulação dos objetos para a compreensão da escola como um dos espaços privilegiados do circuito comercial da economia capitalista e a expansão da escolarização das massas. A partir desta perspectiva pode-se considerar que o termo cultura material escolar deriva tanto da cultura escolar quanto dos elementos materiais quem compõem a escolarização. Distante do imperativo de testemunhar a atuação da inspeção no interior da escola, o arquivo guarda relatórios circunstanciados de suas ações no interior de escolas visitadas. Estes Relatórios têm fotografias que, algumas vezes, ilustram o desempenho da Instituição em vários momentos da vida escolar. Sem a presunção de construir algo definitivo sobre o assunto há, apenas a pretensão de evidenciar algumas estratégias que serviriam para testemunhar a adesão do Colégio (CCJ) aos propósitos legislativos emanados pelo sistema de ensino e cuja cobrança era função da Inspeção Escolar.

A fotografia escolar

As fotografias suportam séculos de expectativas que a modernidade depositou sobre as imagens. A sensação de eternidade, oferecida pelas artes plásticas lançaram o homem moderno na busca por técnicas e materiais capazes de congelar o tempo e imortalizar o instante. Essa dança cromática conduzida pelas mãos de artistas obstinados foi repentinamente interrompida pela emergência da fotografia transformada em *espelho da realidade social*, que se popularizou a partir das últimas décadas do século XIX. Neste ambiente de inovação tecnológica a fotografia emerge como suporte testemunhal não apenas das atividades pedagógicas, porém da compreensão de tudo aquilo que compõem e acontece no interior da escola, ou seja, de sua cultura escolar. Como dimensão avaliada da Cultura Escolar quando o assunto é fotografias, parte-se da compreensão do conceito de Cultura Empírica, entendida por Escolano Benito (2012, p. 1) como “*uma cultura prática do*

ensino”, haja vista, enfatize a “*dimensão pragmática dos educadores de educação formal*”.

Por muito tempo, os historiadores dedicaram-se a explorar a fotografia como mera ilustração dos temas abordados em seus trabalhos. Em uma perspectiva mais detida, a fotografia como uma fonte de análise nos permite visualizar uma cultura escolar, dotada de ausências, permanências e transcendências por meio da cristalização de uma representação, por vezes forjada, de algo que se pretende materializar e imortalizar. Todavia, na concepção Burke (2004), Barthes (1984), Bencosta (2011), Kossoy (1998), Prates e Teive (2015) e Velasco Maillo (2011), autores tomados como fundamento para a reflexão aqui proposta, a análise iconográfica não pode ser desprezada, mas precisa ser complementada através do cruzamento de fontes para enriquecer o contexto histórico que resultou na produção da imagem, os textos que apoiaram sua leitura, o imaginário vigente na época de sua produção, ou seja, os mecanismos que regeram sua confecção.

As fotografias podem ser interpretadas como vestígios visíveis do passado, nos quais ficaram registrados elementos que devem ser acionados pelo jogo entre lembrança e esquecimento capazes de construir memórias individuais e profissionais, legitimar trajetórias e consagrar instituições. Desse modo, as fotografias escolares, a priori, permitem análises diretas dos componentes de um circuito de produção que pretendeu dar visibilidade a uma ação ou imagem educacional, em que se deve atentar para os mecanismos que envolveram sua produção, circulação e consumo.

Mas como utilizar as fotografias como documento? Como ler sua narrativa imagética? Trata-se de um desafio que ainda desperta receios e muitos questionamentos entre historiadores, que habituados com a tradição dos textos escritos, consideram que a fotografia raramente ultrapassa a função de evidência histórica para reforçar algum argumento ou fato apresentado. Burke (2004) discute o uso das imagens na pesquisa histórica e conclui que, poucos trabalhos arriscam a interrogar as imagens mais profundamente e

quando utilizam imagens, os historiadores tendem a tratá-las como meras ilustrações, reproduzindo-as nos livros sem comentários. Nos casos em que as imagens, são discutidas no texto, essa evidência é frequentemente utilizada para ilustrar conclusões a que o autor já havia chegado por outros meios, em vez de oferecer novas respostas ou suscitar novas questões (BURKE, 2004, p. 12).

Porém, é na trama: fotógrafo (e produção), e receptores que a fotografia como imagem se constrói, representa-se e se ressignifica – deixando para o historiador da educação, o desafio de tornar ‘visível’, tudo aquilo que foi ocultado e, por vezes, idealizado no tempo e espaço congelado da imagem. Cabe, portanto, ao historiador problematizar a materialidade do registro, trazendo à tona – em cruzamento com outras fontes – aspectos para além de sua mera descrição/ apresentação.

Um arquivo para lembrar

O período relacionado para o estudo em questão (1947), segundo ano do Pós Guerra, está inserido no processo de redemocratização da sociedade brasileira. No campo educacional se comemora o primeiro aniversário da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, em 1946 e é descrito como “o *início dos anos de ouro da formação de professores*” (MARTINS, 2000, p. 56), marcado em todo país, pelos debates em torno dos novos rumos políticos, culturais e educacionais.

Para colocá-la em prática, em Santa Catarina, foram elaborados pelo Departamento de Educação o “*Regulamento para os Estabelecimentos do Ensino Primário*” - Decreto nº 3.735, de 17 de dezembro de

1946 - um detalhado documento composto de 761 artigos, que dispôs sobre as bases de organização, a estrutura e os tipos de estabelecimento de ensino, período letivo, férias, regime de aula, critérios para promoção de alunos, atribuições do corpo docente, administração, disciplina e escrituração escolar, instituições complementares da escola, entre diversos outros; “*Regulamento para o serviço de Inspeção Escolar*” - Decreto nº 3.733, de 12 de dezembro de 1946, os quais o CCJ também deveria cumprir. (TEIVE e CUNHA, 2015, p.36)

Em 1947, de acordo com o relatório apresentado pela Imprensa Oficial², em todo o território catarinense podiam ser encontradas 3.073 unidades escolares, sendo 1.756 estaduais; 1.214 municipais e 103 particulares. Deste total, as escolas públicas que ofereciam o Curso Normal somavam três unidades³ que efetivaram 139 matrículas no referido ano. Fundado em 1898 pelas irmãs da Congregação da Divina Providência, provenientes da Alemanha (Munique), o CCJ, em 1947 contava com 7 unidades escolares⁴ espalhadas pelo Estado, que matricularam 226 normalistas. No contexto das matrículas do ensino privado, observa-se que 44% eram provenientes do CCJ. Do total de 365 normalistas matriculadas, 38% eram do ensino público e 62% do ensino privado.

As fotografias entram em cena

As fotografias se encontram em bom estado de conservação e apresentam dois enquadramentos distintos registrando a passagem das alunas do Instituto de Educação Coração de Jesus (Curso Normal), nas ruas centrais da cidade durante o desfile cívico em comemoração ao dia da Pátria. Os estudos de Bencostta (2011) identificam as fotografias escolares como “*objetos culturais*” portadores de fortes vínculos entre a memória individual e coletiva dos atores da escola e a memória da própria instituição. São suportes imagéticos que revelam os modos de ver, fazer e conceber a escola. Para o autor, as fotografias escolares podem contribuir para os estudos sobre a cultura material da escola, a arquitetura, profissionalização docente, comportamentos, representações, entre outros elementos pertencentes ao universo da escolarização. Na mesma linha de raciocínio, Velasco Maillo (2011) defende um estudo etnográfico da escola e trata a fotografia escolar como um “produto cultural” difundido na sociedade em que a escola emergiu. As fotografias produzidas na escola, como portadoras de uma história social, dão a ver, mobilizam vontades, acionam memórias individuais e familiares. O ambiente escolar, figura como um dos espaços de difusão e uso da imagem popularizada em outros meios como álbuns de família, por exemplo. Para o autor, as fotografias escolares são ferramentas para compreender melhor os processos de socialização e de institucionalização. Por serem objetos culturais, estes suportes imagéticos podem ser entendidos como patrimônio, de uma sociedade de consumo fetichista da imagem fixa e espetacularizada.

Atualmente o arquivo de documentos administrativos produzidos pela secretaria do colégio durante nos últimos 117 anos, comporta poucas fotografias. A maior parte do acervo se encontra em álbuns sob a guarda da Província da Divina Providência. A Província, localizada ao lado do colégio é a sede administrativa e local de moradia das freiras da Congregação da Divina Providência. Infelizmente, o arquivamento desses documentos não passou por nenhum procedimento que possibilite informações detalhadas sobre o acervo, mas é possível acessar os álbuns, mediante agendamento prévio com as irmãs responsáveis pela província. São milhares de fotografias que foram utilizadas sem parcimônia pela instituição, que depositou nelas, a expectativa do registro verídico dos fatos.

Ao estudar a profusão da fotografia na virada do século XIX para o XX, Delory-Momberger (2010) verificou que, a fotografia se consolidou como item de consumo sob a promessa de cristalizar a realidade, comunicar, revelar, expor, mostrar, reproduzir, perenizar o sucesso pessoal e social. Através das imagens fotográficas apresentadas aqui (Figuras 1 e 2), é possível, por exemplo, observar os uniformes utilizados pelas alunas. São majoritariamente compostos por uma saia longa (abaixo do joelho) plissada escura presa por suspensórios também escuros (algumas alunas desfilam sem suspensório); blusa branca de gola esporte com mangas longas (aparentemente de algodão) presas sob a cintura da saia; sapatos escuros fechados, estilo mocassim sem meias aparentes; luvas brancas e boinas brancas levemente caídas para trás. Em todas as fotografias formam fileiras que lembram os desfiles militares e portam bandeiras, cartazes, faixas estandartes com os símbolos nacionais, estaduais, municipais e do colégio.



Figura 1: Desfile Cívico das Alunas do CCJ, 1947

Fonte: Acervo do Colégio Bom Jesus (antigo Colégio Coração de Jesus) Dimensão: 8,5 cm. X 11,5 cm



Figura 2: Desfile Cívico das Alunas do CCJ, 1947

Fonte: Acervo do Colégio Bom Jesus (antigo Colégio Coração de Jesus) Dimensão: 8,5 cm. X 11,5 cm

Os uniformes utilizados no desfile, não fogem muito, das prescrições expedidas pelo Departamento de Educação através de uma circular trazendo o Decreto n. 3016 de 18 de julho de 1944⁵. Nele o interventor federal dispõe sobre o uniforme escolar, cujas permanências podem ser verificadas através da imagem perenizada pelo fotógrafo em 1947. Essas permanências foram detectadas e estudadas por Souza (2009, p. 17), que percebe na cultura material escolar a propriedade de perenizar “*tradições, sedimentação de práticas, ideias, modos de fazer e pensar que governam o ensino, que perduram ao longo do tempo sobrevivendo às reformas e inovações*”. No entanto, como é possível observar no registro fotográfico a perenização é um processo que sofre perturbações e alterações, pois a cultura não é estática e está em constante movimento e transformação na passagem do tempo.

Outros autores também se interessaram pelo tema e detiveram-se a analisar fotografias escolares a fim de compreender melhor como as alterações no âmbito escolar ocorrem na passagem do tempo. A reunião de um acervo de fotografias francesas no período compreendido entre 1945 e 1989, Delsaut (1998), descreve a este suporte como acionador de reflexões sobre um objeto sobrecarregado de informações díspares e inexploráveis, habitualmente dissociadas porque reenviam a um referente muito particularizado a uma chance de empiria analítica particular. As fotografias perenizam indivíduos ou uma reunião de pessoas no ambiente escolar, ligados não somente pela convivência na escola, mas também por experiências particulares e uma condição social homogênea ou não, mas unidas pelo mesmo uniforme.

Não é tanto a normatização que surpreende no suporte imagético, mas sua forma e as escolhas que ele anuncia. A atitude primeira rigorosamente semelhante nos seus detalhes: toda posição e a organização dos corpos enfileirados, como em um regimento militar feminino; a sensação de ordem geral dada pela ausência de contradições, desvios e divergências; a uniformização dos registros individuais em um coletivo; o registro da imagem sábia, policiada, de uma classe de futuras professoras/mulheres “*obedientes*” ilustra um possível corpo profissional, com a missão de servir a pátria: cada indivíduo “*reflete*” o outro, fixando a objetiva numa posição codificada, cujos sorrisos, também são quase ausentes (marcando a unidade, como as outras dissonâncias); as vestimentas sóbrias, formais e disciplinadas; adereços, acessórios que reforçam o feminino executando uma marcha a priori masculina.

As fotografias sugerem que a representação desejada no desfile, não se limitava somente ao ato de celebrar uma data solene. Nas ruas da cidade o CCJ, bem como os outros nove colégios que participaram do desfile, pretendia representar a imagem de uma instituição eficaz no trabalho pedagógico. No caso do CCJ, a formação de meninas normalistas e de mulheres castas, puras, inocentes, segundo os padrões de pudor estabelecidos na sociedade da época. As fotografias revelam a primazia pela boa postura corporal e adequada. Os estudos de (CUNHA, 1991, p.66) apontam para a disciplina dos corpos como fruto

de vigilância constante das freiras, que exigiam, por exemplo, que, sentadas durante as aulas, as alunas jamais cruzassem as pernas, mantivessem as mãos corretamente sobre as carteiras e as costas perfeitamente eretas. Ao descer uma escada, nunca apoiassem a mão sobre o corrimão; se isso acontecesse, a aluna deveria voltar a subir a escada para descê-la novamente de modo correto.

De acordo com a autora o colégio exercia sobre as alunas um rigoroso controle comportamental e corporal derivado do modelo de internato e de convento. A sexualidade era colocada em segundo plano e a fiscalização das prescrições era realizada com tanta rigidez que condicionava o surgimento de uma espécie

de disciplina corporal que acompanhava essas alunas por toda a vida. Não é demais enfatizar que a análise, das imagens fotográficas permitem considerar que, além da formação para o trabalho como normalista, o colégio, também formava mulheres, esposas e futuras mães de família dentro de uma sólida orientação cívica e católica. Os trabalhos com agulha seguiam em paralelo aos estudos científicos e religiosos. O colégio recebia moças provenientes de todo o estado e por isso também funcionava no regime de internato. As futuras professoras que aparecem nas fotografias do desfile foram educadas para ter uma aparência fina e delicada.

A autora ainda pontua que existia um grande olho vigilante sobre as mulheres, o mesmo olho que apreciaria as fotografias e conferiria a observância dos regulamentos socialmente tolerados. Fica evidente em um primeiro olhar, que as fotografias congelaram rostos de adolescentes do Curso Normal, que encenavam a mulher idealizada e encerrada no peso das exigências e expectativas sociais. Seus corpos foram transformados em bustos pelo recorte fotográfico e perenizados como monumentos nos quadros de formatura que ainda hoje enfeitam as paredes do colégio.

O desfile cívico buscava tornar público e notório, o empenho da instituição em formar a mulher idealizada pelo imaginário social da época. As normalistas eram educadas para serem jovens profissionais, vinculadas ao ideal de mulher puritana e religiosa. As freiras tinham por objetivo formar alunas habilidosas na arte de dissimular qualquer expressão de sensualidade ou devassidão. As evidências apontam para uma encenação que mostra e esconde. A ausência de desvios ou conflitos ficou indiretamente registrada na representação. Em um panorama de continuidades e rupturas, as fotografias figuram como fontes para a compreensão de uma determinada cultura escolar e permitem ao historiador dar visibilidade aos costumes, comportamentos, saberes e práticas, entre outros movimentos e materialidades que, *“tem constituído tramas culturais consistentes e persistentes ao longo do tempo” das instituições escolares. As imagens, “não apenas permitem visualizar objetos, porém, trazem à mostra, silêncios e ausências materiais que têm permanecido ocultos”* na história da escola (e da educação), se não decifrados aos olhos do observador (POZO ANDRÉS; ROMERO, 2012, ps.406-409). As fotografias podem ser interpretadas, enfim, como monumentos do passado, nos quais ficaram registrados detalhes materiais ou não, frutos de um jogo de lembrança e esquecimento, capaz de construir memórias individuais e profissionais, legitimar trajetórias e consagrar instituições.

A primeira fotografia (ver Figura 1) perenizou-se por meio da imagem a passagem das alunas do Instituto de Educação Coração de Jesus (Curso Normal), nas imediações da Praça XV de Novembro, (mais exatamente no cruzamento das Ruas Arcipreste Paiva e Tenente Silveira), em frente ao Palácio do Governo, na região central da cidade de Florianópolis. Na imagem, as alunas desfilam formando uma fileira extensa cortada pelo enquadramento. O dia estava ensolarado os espectadores se aglomeraram nas calçadas ao lado da catedral, na Praça XV de Novembro, em frente ao Palácio do Governo e na esquina da Rua Tenente Silveira. No centro da fotografia há um pelotão formado por oito alunas que carrega em seus braços símbolos das forças armadas: avião, navio e armas miniaturizadas. Também carregam bandeiras e faixas, que por causa da pouca definição da imagem (a fotografia sugere a intenção de uma tomada mais panorâmica do desfile, possivelmente do fotógrafo posicionado no adro da Catedral Metropolitana, no centro da cidade) e da limitação das variações do preto e branco, não permitem a extração de mais detalhes sobre cores e inscrições.

As ruas do desfile registradas nas fotografias são ruas centrais, marcadas pelas atividades comerciais e administração pública. A Praça XV de Novembro se encontrava circundada pela Catedral Metropolitana, Palácio do Governo, Câmara de Vereadores, Delegacia Fiscal, Edifício dos Correios, entre outros. No arquivo do Colégio, o documento intitulado de “As Comemorações do Dia da Pátria”⁶ traz as prescrições detalhadas do itinerário das comemorações de sete de setembro. Nele, o diretor do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa, determina os detalhes do desfile cívico constando horários de começo e fim; itinerários; ordenamento das escolas e cursos; localização da concentração e do pavilhão das autoridades; locais de escoamento dos alunos após o desfile; Organização dos pelotões com as distâncias entre os alunos e líderes de pelotão; informações sobre atendimento médico; policiamento entre outros.

A presença do documento de prescrição do desfile cívico no arquivo do CCJ contribui para problematizar sobre a presença destas fotografias no Relatório de Inspeção. As fotografias foram coladas nas últimas páginas do Relatório, sem legendas ou qualquer outro texto explicativo. Estão lá como guardiãs do tempo preservadas nas últimas páginas assinadas pelo inspetor. A ausência de legendas, nas últimas páginas encerra as fotografias em um calabouço repleto de armadilhas para o investigador. Não seriam as fotografias uma tática da instituição para reforçar a ideia de adesão estatal? Por que colocar estas imagens do desfile cívico no Relatório de Inspeção? O que a instituição pretendia testemunhar como este ato?

Este ato da escrituração escolar parece reforçar o poder de prova que pairava sob o ato fotográfico imerso em um imaginário social que o legitimava com ação testemunhal dotada de poder e sentido. Sobre o imaginário que envolvia a fotografia nas primeiras décadas do século XX, os estudos de Borges (2003), descrevem que alguns a percebiam como o triunfo da humanidade sobre a natureza, pois poderia aprisioná-la apenas com o movimento de um dedo e torná-la eterna finalmente. Outros viam a fotografia como uma inovação técnica que causaria mudanças inevitáveis no universo artístico alterando a forma de expressar a realidade em volta. Segundo a autora, “desde cedo o retrato fotográfico se coloca como uma prova material da existência humana, além de alimentar a memória individual e coletiva de homens públicos e de grupos sociais” (BORGES, 2003, p.41).

Tudo indica, que o arquivo de correspondências e o Relatório de Inspeção, guardados pelo CCJ reservaram em suas estruturas a intenção de afirmar uma adesão política. As fotografias do desfile testemunham que o mesmo fora realizado, conforme as orientações estatais. São sombras fragmentárias de um imaginário balizado por determinadas demandas sociais. Na análise do tempo presente tornam-se um suporte de registro e posicionamento hierárquico individual e coletivo através da crônica das imagens. A análise oferece riscos, pois o observador das fotografias compõe o terceiro olhar sobre a coleção que se situa muito além das questões anatômicas ou fisiológicas. É um olhar parcial nomeado por Aumont (1993) de espectador. Não é um olhar descompromissado, já que foi condicionado pelo tempo do agora que absorve seu ser e aniquila a capacidade de ouvir os ecos de outros territórios e temporalidades. O historiador deve tomar cuidado ao fazer a reapropriação do passado e transmutá-lo em conhecimento histórico fruto dos vestígios da passagem do tempo transmitidos e reconhecidos pela memória. Tem-se, aqui, a construção de uma memória, neste contexto, com tempo e espaço fixados por meio de um registro pictórico.

O pesquisador também é um leitor das imagens, e sua leitura estará sujeita às armadilhas impostas por sua imersão em um tempo e lugar impregnados de conhecimentos, representações sociais, estéticas,

convicções, interesses, que colocam em risco a leitura e interpretação. A leitura texto imagético não difere das outras fontes de investigação e os desafios são idênticos, pois o pesquisador também faz parte de um tempo histórico e está preso a lógica de seus mecanismos. Para Barthes (1984, p. 14), estes perigos habitam a própria essência física da fotografia, pois está sujeita aos limites de seu corte e tudo que pode dizer ao espectador é que “*isso é isso, é tal! mas não diz nada mais; uma foto não pode ser transformada filosoficamente, ela está inteiramente lastreada com a contingência de que ela é o envoltório transparente e leve*”. Logo, a dita realidade jamais retornará e o historiador deve contentar-se com os vestígios ou intenções de verdade que delas puder extrair.

A segunda fotografia (ver Figura 2) apresenta as alunas do Curso Normal, do CCJ marchando em fileiradas sobre faixas brancas pintadas na Rua Felipe Schmidt. A mão direita das alunas bate continência, enquanto a esquerda aponta para baixo e inclina para frente como se estivessem portando fuzis invisíveis. Esta saudação indica que o pelotão se aproximava do “*Pavilhão das Autoridades*” no cruzamento com a rua Jerônimo Coelho. O fotógrafo registrou o momento da passagem diante das autoridades reforçando para o observador da fotografia a ideia de instituição cumpridora dos deveres formadora de cidadãs com rígida formação cívica e dispostas ao sacrifício. A rigidez do pelotão de normalistas na fotografia sinaliza para uma intenção de eternizar e tornar público o cumprimento da prescrição estatal, através de um intenso esforço de codificação e controle institucional dos impulsos físicos e comportamentais. Equiparada a Escola Normal, o colégio tinha que obedecer a base curricular prescrita pelo governo do Estado, mas não era impedido de acrescentar disciplinas complementares. Desta feita, o colégio desenvolvia um currículo próprio alicerçado na moral católica e no controle rígido das condutas. A vigilância era constante e as alunas eram submetidas a um processo de formação que visava uniformizar suas atitudes de acordo com as expectativas sociais, normatizações estatais e institucionais.

Resta saber como o CCJ lidou como esses intercâmbios e de que maneira assimilou, obedeceu e/ou subverteu as prescrições impostas pelo Estado. As pesquisas de Martin (2006) consideram a escola como um micro espaço social construído como uma cultura própria. Esta cultura própria, segundo o autor, composta de uma trama de normas, saberes teóricos e práticas pedagógicas inter-relacionadas entre si, pode ser entendida como cultura escolar. Compreender esta trama contribui para conhecer a “*escuela por dentro*”, assim como suas resistências, aspirações, trocas com o mundo exterior, apresentam-se como desafios aos historiadores da educação. Dentro desta perspectiva de investigação, elementos materiais como os arquivos escolares têm despertado profundo interesse de pesquisa.

Ao estudar os centros de formação docente, o pesquisador português Nóvoa (1991) conclui que a passagem do século XIX para o século XX, demarca expansão dos centros de formação em um processo de transição do antigo para o novo, do mestre-escola para o professor primário. No universo dos centros de formação de professores, o Colégio Coração de Jesus buscou oferecer um ensino diferenciado e que despertasse o desejo das famílias com um pouco mais de recursos materiais. Nos livros de matrícula do CCJ é possível verificar a procedência econômica das alunas do Curso Normal.

Em 1947 um total de 100 alunas (27 alunas no primeiro ano, sendo 32 no segundo e 41 no terceiro ano). Os livros de matrícula permitem ainda averiguar e constatar que o predomínio das atividades urbanas influenciadas pela burocracia estatal sinaliza para a expansão da cidade, que passou a atrair profissio-

nais liberais e pretendentes de cargos públicos. O CCJ registrou vestígios desta urbanização em seus livros de matrícula e se firmou referência na formação das filhas das famílias que conseguiam prosperar neste ambiente de transição. Os estudos de Corrêa (2005, p.134) demonstram as transformações urbanas durante a década de 40. Para o autor “*o aumento das funções administrativas, principalmente de ordem federal, a cidade, paulatinamente, tornava-se um centro de funcionários públicos, sem que estivesse preparada para tal*”, pois faltavam infraestrutura e mão de obra especializada para exercer as funções burocráticas.

As fotografias oferecem também, pistas de uma rede de intenções e interesses sociais e políticos, pois estar no desfile, no centro da capital do Estado, em 1947 pode ser entendido como uma oportunidade do Estado, do CCJ, das famílias materializar e dar a ver o seu sucesso social, seu investimento em educação e na formação docente. Para as alunas, pertencer a um grupo seletivo e, de certa maneira, privilegiado pelo acesso a formação escolar transferia às famílias o reconhecimento público de seus esforços e capacidade de proporcionar uma formação distintiva. Mulheres de bem, casadas com a missão de formar, educar e preparar os futuros cidadãos para a vida no estado republicano em crise. Dessas mulheres era exigido o sacrifício de uma vida pessoal em prol da missão de ensinar. É provável que muitas delas não seguissem a carreira do magistério, mas das que se dedicaram ao ensino esperava-se uma vida de doação e sacrifício em um percurso forrado, não raro, de espinhos e dificuldades.

Os desafios imagéticos no arquivo

Ao cruzar as imagens do desfile com a publicação do jornal *A Gazeta*, de 9 de setembro de 1947 é possível examinar como o desfile cívico foi registrado pela imprensa local. De acordo com o periódico, o desfile iniciou pontualmente as nove horas da manhã, na Praça Olívio Amorim, onde foi inaugurado o busto de Olavo Bilac. Estudantes hastearam a bandeira nacional e depositaram flores no monumento do escritor. Em seguida ocorreu a leitura de um discurso pela “aluna da Escola Normal Coração de Jesus, senhorinha Dalva Machado, que foi eloquente e brilhante”. O desfile aconteceu logo após a celebração de uma missa pelo padre Alfredo Rohr S. J., diretor do Colégio Catarinense. As bandeiras e os pelotões do desfile estavam organizados em um semicírculo e o evento conforme as prescrições enviadas no dia 4 de agosto ao CCJ, por Elpídio Barbosa, diretor do Departamento de Educação. O jornal descreve autoridades militares e o governador do Estado no início das atividades.

De acordo com o jornal, o centro da cidade estava tomado por espectadores ansiosos que se posicionavam nas calçadas das principais ruas e praças. No palanque oficial estavam o Governador Aderbal Ramos da Silva e esposa, acompanhados dos secretários da Casa Civil e Militar, o Arcebispo Metropolitano, o presidente do Tribunal de Justiça, o comandante do 5º Distrito Naval, comandante da Polícia Militar, além de outras autoridades municipais e federais. No jornal *A Gazeta*, um anúncio de dimensões médias oferece pistas sobre a importância do evento cívico. Nele, o Tenente Coronel Nilo Chaves Teixeira informa que

O Comando do 14º Batalhão de Caçadores e Guarnição militar de Florianópolis convida as autoridades civis, militares, eclesiásticas e o povo em geral, para assistirem as solenidades assim programadas em comemoração á semana da pátria: Dia 6 – ás 20,30 horas – Sessão solene promovida pela Associação Cívico Militar ‘Marechal Guilherme’, no Teatro Álvaro de Carvalho. Dia 7 – ás 10 horas – Desfile do Batalhão. – As autoridades poderão assisti-lo do palanque armado na esquina da rua Jerônimo Coelho com Felipe Shimidt. (A Gazeta, 04 de setembro de 1947).

O desfile do dia 7 de setembro era o fechamento de uma série de solenidades oficiais organizadas pelas forças armadas e classe política. No desfile cívico, os estudantes foram precedidos pelos batalhões que finalizaram o evento. Os grupos escolares foram os primeiros a passar pelo palanque das autoridades, seguidos pelo grupamento dos alunos do ensino profissional e secundário, entre eles estavam as alunas do Curso Normal do CCJ, que “portavam numerosas bandeiras e flâmulas, destacando-se do conjunto as suas equipes esportivas”. Após o desfile das escolas os militares encerraram o evento. O jornal noticiou que o vencedor da “Taça Semana da Pátria” foi o CCJ, pois realizou a “melhor apresentação em todos os aspectos requeridos, fez jus à primeira conquista do prêmio. Corresponderam melhor à disciplina, conjunto, uniforme, saudação, originalidade, etc.”.

As notícias veiculadas pelo jornal propiciam a ampliação do horizonte de análise das fotografias, ao enriquecerem com detalhes excluídos pelo suporte imagético recortado na operação fotográfica. O desfile pelas ruas da cidade ganha cores e relevância. A fotografia omite mais que emite, pois faz parte de um jogo de mostrar e esconder. As outras escolas, a população ansiosa, os repórteres, as autoridades, as falhas, as alunas que faltaram, desistiram, morreram, reprovaram, casaram, entre tantos outros detalhes que não contribuiriam para dar visibilidade ao sucesso institucional e individual forjado e perenizado no arquivo.

Sobre o potencial da fotografia na pesquisa da história da educação, Velasco Maillo (2011), afirma que as fotografias escolares oferecem pistas de como as sociedades do passado se representavam e davam sentido às suas existências através de elementos que elucidam as técnicas utilizadas em sua produção e registro; a necessidade de identidade e reconhecimento, pois muitas vezes é possível verificar a hierarquização dos fotografados; as diferentes maneiras de registrar os contextos escolares e seus mecanismos de controle; as presenças, ausências, ocupações, hierarquias, seleções e vazios; a presença de profissionais contratados pelas instituições para registrar seus feitos memoráveis e legitimar sua existência.

Em busca de testemunhos de um mundo desfeito

Ao problematizar o potencial da fotografia como documento Kossoy (2001), adverte que a fotografia é um dispositivo material capaz de despertar sentimentos, emoções, lembranças. Nessa perspectiva, a fotografia sem o cruzamento de outros documentos é, não raro, um registro incompleto, ideologizado, manipulado, desejado, consumido, e limitado de análise. Faz-se necessário o levantamento de outras informações sobre o contexto de produção, circulação e consumo da imagem para que a seja lida e problematizada, criticada interrogativa e especulativamente. A análise iconográfica é apenas o primeiro passo de uma longa caminhada do pesquisador que deve investigar o que foi silenciado pela câmara fotográfica: o contexto histórico que resultou na produção da imagem, os textos que apoiaram sua leitura, o imaginário vigente na época de sua produção, ou seja, os mecanismos que regeram sua fabricação. Por conseguinte, a interpretação das fotografias envolve uma série de perigos, sendo que a neutralidade no processo de análise das imagens se torna uma tentativa quase que fracassada, já que o pesquisador também faz parte de um tempo histórico e, igualmente, está vinculado a lógica de seus mecanismos.

Assim, como cristalização de um dado momento, as imagens escolares não podem ser estudadas descoladas da *realidade* que as produziu, devendo ser entendidas a partir de sua intertextualidade com ou-

tras imagens e textos, levando-se em conta seu código (o que ela transmite), sua identificação, bem como o contexto de sua produção, tentando problematizá-la, em um jogo de “escalas”⁷ entre as convicções do presente e as proposições indicativas do mundo do fotógrafo e dos sujeitos fotografados em determinado momento histórico.

As fotografias escolares, por muito tempo não foram interrogadas por seu valor cultural. Elas ficaram estranhas a toda reflexão sobre pedagogia, o meio escolar e sua evolução. Geralmente considerado como objeto superficial, seu uso desencorajava qualquer abordagem conceitual: um traço formal artificial, espetáculo sem interesse senão pela nostalgia de seus próprios atores. Paradoxalmente, é a partir desta aridez de pesquisa que Deusalt (1992), já citada anteriormente, lança a reflexão sobre o tema. As fotografias não poderiam ser lidas como o registro cristalizado da cultura educativa? Não traduzem elas as indicações das atitudes, das maneiras de ser, com sua encenação individual ou coletiva, suas referências indumentárias ou tudo simplesmente espacial? Especialmente desde que essas “imagens” mudam com o tempo? Elas são mesmo objeto de rupturas notáveis. São essas alterações, mais que todas as outras sem dúvida, que motivam trabalhar com estes documentos.

As fotografias do desfile cívico mostravam esta necessidade e quando cruzadas com correspondências recebidas pelo colégio e os outros documentos pertencentes ou não ao arquivo escolar, se mostram como um caleidoscópio em um jogo de combinações infinitas.

Dessa maneira, tudo indica que, as fotografias anexadas ao Relatório de Inspeção pretendiam forjar uma memória, neste contexto, com tempo e espaço fixados por meio de um registro pictórico. Os uniformes utilizados no desfile, não fogem muito, das prescrições expedidas pelo Departamento de Educação, e revelam de maneira parcelar, permanências e experiências particulares do cotidiano escolar. Cotidiano este, entremeado por representações de uma ordem social desejada e dada a ver, como aderida às prescrições estatais. As fotografias pretendiam colocar em evidência, as personagens perenizadas pelo recorte forjado, em um determinado tempo e lugar. Mulheres idealizadas, uniformizadas e encerradas no peso das exigências e expectativas de sucesso e prestígio, onde fracassos ou dissidências foram obliterados. Ao historiador restam fragmentos de intenções de um passado, que revela algumas frestas de como o grupo social idealizador e construtor da narrativa imagética, se representava e dava sentido à sua existência.

As fotografias do desfile de sete de setembro, analisadas aqui, contribuem para clarear uma parte das condições de sua travessia no tempo, as razões de sua conservação e o valor “agregado” que suportam. No seu encontro com o arquivo, em construção, o historiador, assim como os autores, arquivistas, redistribui e redefine as unidades de saber. Os conteúdos tornam-se acessíveis através da intersecção de três mundos materializados nos suportes fotográficos, na cultura escolar e na operação historiográfica, que os problematiza e os coloca em cena, a partir de um determinado tempo e lugar.

O estudo destaca, enfim, que o cargo de Inspetor Escolar era portador de amplos poderes e sua presença afetava continuamente a rotina das escolas por onde passava e seus registros (quer escritos, quer deixados nos relatórios feitos pelas Instituições) evidenciaram o imperativo de testemunhar tais ações. Dessa maneira, pode-se considerar que as fotografias registram aspectos da vida escolar e, embora estivessem sendo feitos para *agradar ao inspetor e às autoridades* permitem um mergulho no tempo, cujos vestígios, encontram-se fragmentados entre acervos pessoais, institucionais e compõem um mosaico que

requer paciência e análise criteriosa. para reconhecer parte das forças que as tornaram memoráveis.

São, enfim, testemunhos de um mundo desfeito cujas evidências deixadas pelos documentos testemunhais do arquivo permite evocar as palavras de François Hartog (2017, p.15) para quem “o homem contribui para o fazer história: uma história por certo que lhe escapa (...) E, no fundo, quanto mais ele sabe disso, melhor ele a tenta fazer, pois assim está devidamente advertido de seus limites e de suas ignorâncias.”

Pesquisar acervos escolares que guardam registros da primeira metade do século XX e revisitar documentos e fotografias ajuda a testemunhar a presença de inspetores em pleno exercício de suas funções no sistema escolar e, especialmente, entender como se consolidaram práticas testemunhais que fizeram parte da cultura escolar e que se materializaram nos documentos e fotografias constantes dos arquivos escolares.

Notas

¹ Colégio religioso feminino criado em 1898 pelas Irmãs da divina Providências, vindas da Alemanha. (Munique). Em 2006, o CCJ passou a ser administrado pela Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus - AFESBJ e passou a se chamar Colégio Bom Jesus Coração de Jesus.

² Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 19 de abril de 1949, pelo governador em exercício José Boabaid. Imprensa Oficial, Florianópolis, 1949.

³ Instituto de Educação Dias Velho, em Florianópolis; Escola Normal Vidal Ramos, em Lages e Escola Normal Pedro II, em Blumenau.

⁴ Escola Normal Coração de Jesus, em Florianópolis; Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, em Canoinhas; Escola Normal Santos Anjos, em Porto União; Escola Normal Maria Auxiliadora, em Rio do Sul; Escola Normal São José, em Tubarão; Escola Normal São Vicente de Paula, em Joinville e Escola Normal São José, em Itajaí.

⁵ Estado de Santa Catarina – Secretaria da Justiça, Educação e Saúde – Departamento de Educação. Circular nº 52 expedida no dia vinte e seis de julho de 1944 – Arquivo do Colégio Bom Jesus/Coração de Jesus, Florianópolis/SC.

⁶ Estado de Santa Catarina – Secretaria da Justiça, Educação e Saúde – Departamento de Educação. Programa detalhado das comemorações do dia sete de setembro expedido no dia quatro de agosto de 1947 – Arquivo CBJ.

⁷ REVEL, Jacques (Org). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Referências

BARTHES, Roland. **A Câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

BENCOSTA, Marcus A. L. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **Revista História**. São Paulo, SP: v 30, n., jan./jun. de 2011 p. 397-411.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BURKE, Peter. O testemunho das imagens. In: _____. **Testemunha Ocular**: História e imagem. Baruru, SP: EDUSC, 2004.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Diálogo com Clio**: ensaios de história política e cultural. Florianópolis: Insular, 2003.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Álbuns de fotos de família, trabalho de memória e formação de si. In: VICENTINI, Paula Perin; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Orgs). **Sentidos e potencialidades e usos da (auto)**

biografia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 95-111.

CUNHA, Maria Teresa Santos; LEAL, Elisabeht Juchem Machado. **A Educação da Mulher:** uma visão do cotidiano de um colégio religioso feminino. Relatório de pesquisa. Florianópolis: INEP, 1991.

DAUPHIN, Cécile, Les correspondances comme objet historique um travail sur les limites, **Sociétés & Representations**, n°13, p. 43-50, 2002. Disponível em: <<http://www.cairn.info/publications-de-Orgiazzi/revue-societes-et-representations-2002-1-page-43.htm>> Acesso em 04/04/2004

DELSAUT, Y. Cahiers de socio-analyse2: une photo de classe. **Actes de la Rechercheen Sciences Sociales**, n. 75, p. 83-96, nov. 1988.

ESCOLANO BENITO, A. **La cultura empírica de la escuela. Aproximacion etnohistórica y hermenêutica.** Universidad de Valladolid, CEINCE, 2012.

HARTOG, François. **Crer em História,** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Jornal **A Gazeta**, de 04 de setembro de 1947.

KOSSOY, Boris. Iconologia: caminhos da interpretação. In: _____. **Fotografia e história.** 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, p. 97-121, 1998.

_____. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. (Org.). **O fotográfico.** São Paulo, Editora Hucitec, 2001, pp. 41-47.

MARTINS, Ângela Maria de Souza. Os anos dourados e a formação do professor primário no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1945 - 1960). **Teias.** Revista da Faculdade de Educação. Rio de Janeiro/UERJ. Nº1, 2000.

PRATES, Fernanda Oliveira; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **Práticas escolanovistas no ensino primário:** uma análise a partir de imagens fotográficas (Grupo Escolar Lauro Muller 1946-1947). Uberlândia: Cadernos de História da Educação, 2015.

REVEL, Jacques (Org). **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Alicerces da pátria:** história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado das Letras, 2009.

VELASCO MAILLO, Honorio M. Fotografías escolares, imágenes institucionales. Miradas retrospectivas a la fotografia em la escuela (1900-1970). In: GARCIA-VERA, Antônio Bautista; VELASCO MAILLO, Honorio M. (Eds.). **Antropologia audiovisual:** medios e investigación em educación. Madrid: Trotta, 2011, pp. 15-34.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; CUNHA, Maria Teresa Santos. Circulação de princípios da Escola nova no ensino de leitura e nos livros escolares de Santa Catarina (1930 a 1960). In: SOUZA, Rosa Fátima de; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **História da Escola Primária no Brasil. Investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional** (orgs.). Aracaju: Edise, 2015, p.359-386.